LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

Senado aprova créditos de CZ\$ 19,6 bilhões a estados, municípios e União

por Valério Fabris
de Brasília

O Senado Federal aprovou, ontem, em uma sequência de catorze sessões, que foram iniciadas às 10 horas e se estenderam até às 22 horas, autorizações de empréstimos para estados, municípios e o governo federal no total de CZ\$ 19,6 bilhões.

Os estados e municípios receberam autorização para empréstimos de CZ\$ 2,19 bilhões sendo CZ\$ 1,56 bilhão concedidos ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE-SP). Outros CZ\$ 16,6 bilhões foram destinados ao governo federal, na execução do Plano Nacional de Energia Elétrica Metropolitano e CZ\$ 830 milhões para a Companhia do Metrô de São Paulo.

No último dia do esforço concentrado (convocação dos líderes partidários para que os parlamentares compareçam a plenário para descongestionar a pauta de projetos), os senadores deliberaram, ainda, permissão para que os estados emitam títulos da dívida pública. O Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul obtiveram o sinal verde, desde que o Poder Executivo sancione as autorizações, para emitir o equivalente a CZ\$ 1,87 bilhão. Ou, respectivamente, CZ\$ 414,9 milhões para o Rio de Janeiro, CZ\$ 14,4 milhões para Minas Gerais e CZ\$ 447 milhões para o Rio Grande do Sul, tomando-se como base a OTN, a CZ\$ 106,40.

Os estados e os valores das autorizações são os seguintes: Bahia, CZ\$ 16,23 milhões, destinados a melhorias hospitalares; Pará, CZ\$ 44,66 milhões para o setor hospitalar; CZ\$ 1,62 bilhão para o Piauí; CZ\$ 34,98 milhões para a prefeitura de Montes Claros (MG), com vistas a obras e infraestrutura urbana; prefeitura de São José do Rio Preto (SP), CZ\$ 6,88 milhões para obras de infraestrutura urbana; Goiás, CZ\$ 27 milhões para equipar a Polícia Militar do Estado; DAEE/SP, CZ\$ 1,56 bilhão para uma série de obras, entre as quais o combate às inundações na Grande São Paulo; CZ\$ 36,7 milhões para a prefeitura Ribeirão Preto (SP), para infraestrutura urbana; prefeitura de Santa Cruz das Palmeiras (SP), CZ\$ 2,05 milhões para infraestrutura urbana; Minas Gerais, CZ\$ 23 milhões para construção de centros de Saúde; prefeitura de Babaculândia (GO), CZ\$ 362 mil para meios-fios, sarjetas e

coleta de lixo; CZ\$ 1,68 milhão para a prefeitura de Colméia (GO), para galerias pluviais, meios-fios e outras melhorias.

Incluíram-se também autorizações para Vitória (ES), CZ\$ 2,7 milhões; CZ\$ 2,63 milhões para a prefeitura de Itaporã (MS); CZ\$ 831 mil para a prefeitura de Naviraí (MS); CZ\$ 13,12 milhões para Cuiabá (MT); e CZ\$ 9 milhões para o Estado de Alagoas. Abriram-se créditos especiais para as universidades federais de Minas Gerais (CZ\$ 21,23 milhões) e do Rio Grande do Sul (CZ\$ 19,55 milhões). Já prontos para a sanção presidencial estão três outros projetos deliberados pelo Senado.

Para as empresas de economia mista com mais de cinco anos de atividade, conforme o projeto aprovado ontem no Senado, pelo menos um diretor e um conselheiro eleitos em assembléia geral terão de ser escolhidos entre os seus servidores com um mínimo de cinco anos de casa. Igualmente à promulgação, segue o projeto que aprova o texto do convênio constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), subscrito pelo embaixador do Brasil na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. E, finalmente, os senadores aprovaram o projeto que dispõe sobre estatutos dos militares, ampliando o tempo, na ativa, dos quadros especiais das forças armadas.

Entre os projetos aprovados em primeiro turno e que, portanto dependem de mais de uma votação no Senado estão os que definem as seguintes matérias: os débitos de natureza trabalhista, decorrentes de decisões judiciais, sofrem juros de mora de 12% ao ano (hoje sobre eles incidem 6% ao ano); a prescrição dos direitos assegurados pela legislação trabalhista passa a ser de dois anos após cessado o contrato; o marido viúvo também terá direito ao benefício da pensão previdenciária da falecida esposa; institui em cada capital do estado uma comissão fiscalizadora de normas eleitorais com o objetivo de coibir o uso indevido do poder econômico; cria juntas de conciliação de trabalho em Rondônia; cria-se o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre; cria a décima-quinta Justiça do Trabalho, com sede em Campinas (SP).